

# JORNAL DO BRASIL 24 MAI 1990

## Educação, bom senso e ousadia

Oriovisto Guimarães \*

**H**a muito se fala na crise da educação brasileira, da educação pública e "gratuita" de modo especial. Esta crise é tão velha e conhecida que se tornou repetitivo citar suas causas e conseqüências, como professores mal remunerados, greves e mais greves, prédios escolares em péssimas condições, alunos promovidos de serie por decreto etc.

Até mesmo por razões humanitárias, não podemos ainda cobrar do ministro Carlos Chiarelli a solução de todos estes problemas ainda. O ministro foi pego de surpresa para o cargo e enfrentou serios problemas de saúde nos seus primeiros 30 dias de mandato

O que nos assusta, e muito, e a ausência de novas ideias que possam trazer alguma esperança

Quando o novo ministro começa a falar em acabar com o vestibular, quando a escola particular ocupa grandes espaços na imprensa falada e escrita, como se diretor de escola particular fosse criminoso, então podemos ter certeza de que nada de novo existe na área educacional.

O vestibular não ocupa mais do que quatro dias em 16 anos que envolvem o processo de formação de um cidadão brasileiro de nível superior.

Ele é apenas um momento e o que precisa ser discutido e o processo como um todo.

Não sera alterando os exames vestibulares (dezenas de alterações foram feitas nos últimos anos), ou mesmo os extinguindo, que se vai alterar a qualidade da educação nos anos de formação que antecedem o exame vestibular (1º e 2º graus) e tampouco nos quatro ou cinco anos que seguem (ensino superior ou 3º grau).

A escola particular de 1º e 2º graus não chega a atender 10% da população brasileira na faixa etária que deveria estar matriculada nestes níveis de ensino. De nada adianta "prender" todos os diretores de escolas particulares por crime contra a economia popular ou então levar à falência ou estatizar este segmento. Ainda assim, as escolas de 90% das crianças e adolescentes brasileiros não terão sua qualidade alterada, uma vez que estes 90% são alunos da escola pública e "gratuita".

Ha aqui uma profunda incoerência. O mesmo governo que "congelou" o dinheiro das elites (10% dos brasileiros que possuem caderneta de poupança), para beneficiar 90% da população, na área da educação faz o oposto. Preocupa-se em demasia em proteger as elites contra a "ganância" da escola particular e esquece os 90% restantes que frequentam a escola pública.

No nível superior, a participação da escola privada é maior do que a da pública em termos quantitativos. Mas e preciso lembrar que menos de 2% dos brasileiros chegam ao nível superior. A questão fundamental, em se tratando de educação, a ser resolvida neste país, é a do ensino de 1º grau.

Otra constante inversão de valores e a aplicação da maior parte das verbas federais no ensino superior, onde temos o custo por alunos mais caro do mundo, frequentado pela minoria privilegiada, não há nenhuma ideia nova, apenas o silêncio e a crise embaçados pela cortina de fumaça em cima dos falsos dilemas. Faltam bom senso e ousadia

O bom senso pede coisas simples: professores que não faltem, não façam greve, que tenham um piso salarial infinitamente menor do que dos senhores deputados, vereadores e burocratas diversos, mas que seja um mínimo necessário para uma vida digna; prédios escolares sem goteiras, merenda escolar, se possível; livro didático de boa qualidade, mesmo que impresso em papel-jornal, e não manuais de catequese político-ideológica.

Sobretudo, o bom senso pede gerência em cada escola pública isoladamente.

É preciso fazer uma revolução na educação deste país e não uma educação para a "revolução estatizante", como querem alguns. A revolução na educação brasileira passa por coisas simples e óbvias, como a estabilidade para todos que trabalham com educação e uma remuneração diferenciada, dando-lhes o poder de demitir e admitir professores e auxiliares de sua escola.

É necessário implodir o tráfego de influências políticas na área da educação, assim como as estruturas emperradas das secretarias de educação em todos os estados da federação e também do próprio MEC.

Diretores de escolas de 1º e 2º graus, reitores de universidade e a comunidade em geral precisam estar livres da burocracia estatal para que, juntos, professores e funcionários, possam fazer uma verdadeira revolução no setor educacional: revolução da eficiência e da produtividade. Cabe aos governos, estadual e federal, democratizar o poder na área da educação e, com uma estrutura mínima, orientar e cobrar resultados, aplicando punições aos responsáveis quando os resultados não forem bons.

O governo poderia, ainda, criar leis que permitissem às empresas e pessoas físicas abaterem do imposto de renda ou ICMs os auxílios às escolas públicas, concedidos diretamente aos diretores, reitores e conselhos comunitários de supervisão. Conselhos estes compostos pelas pessoas mais bem preparadas da comunidade, envolvidas por um trabalho voluntário e gratuito.

Da mesma forma, destinaria verbas a cada escola, em função do número de alunos, estabelecendo um custo-padrão por aluno, de forma a dar transparência e produtividade às escolas públicas e "gratuitas".

Teríamos, desta forma, uma saudável competição entre as escolas públicas.

O currículo escolar poderia ser desenvolvido em seus conteúdos mínimos, sob a forma de um livro oficial, pelo menos para as quatro primeiras séries do 1º grau. A elaboração deste currículo poderia ser feita facilmente por especialistas escolhidos de forma rigorosa, de maneira a garantir os conteúdos mínimos previstos em lei para todo o território nacional. Estes livros permitiriam, em muitos casos, que aprendessem juntos, professores e alunos. Através deles, seria garantida a orientação filosófica da educação pública, orientação que hoje, na prática das escolas, não existe.

Em resumo, a educação pública "gratuita" tem solução. Faltam apenas bom senso e ousadia. Ousadia esta que parece ser marca registrada do governo Collor, pelo menos em setores que não a educação